

Privatizar é preciso: o ataque neoliberal à educação pública brasileira

Sônia Maria Soares de Oliveira ⁱ 

Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, CE, Brasil

Carlos Diogo Mendonça da Silva ⁱⁱ 

Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, CE, Brasil

Gabriela Gomes Freitas Benigno ⁱⁱⁱ 

Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, CE, Brasil

1

Resumo

O presente artigo tem como objetivo discutir o processo de privatização da educação pública brasileira a partir da adoção de políticas neoliberais que estão em vigor no país desde a década de 1990. Assim realizam-se um percurso e uma caracterização de tais políticas e das estratégias por meio das quais se materializa a inserção do privado no âmbito do público, mais especificamente no setor educacional. Para realizar a discussão proposta adotamos como metodologia a revisão bibliográfica com base no dossiê Privatização da e na Educação da Revista Retratos da Escola, que é um periódico científico da Escola de Formação da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação. No caso em questão, os textos que serviram de base para este trabalho foram publicados em 2017 e tratam do avanço das políticas neoliberais e de como estas integram um projeto societário que visa à privatização dos serviços públicos, sobretudo da educação pública brasileira.

Palavras-chave: Privatização. Neoliberalismo. Educação. Educação Pública.

Privatizing is necessary: the neoliberal attack to brazilian public education

Abstract

This article aims to discuss the privatization process of Brazilian public education based on the adoption of neoliberal policies that have been in force in the country since the 1990s which materializes the insertion of the private in the public sphere in a more specific way in the educational sector. To carry out the proposed discussion, we adopted as a methodology the bibliographic review based on the dossier Privatization of and in education of the Revista Retratos da Escola, which is a scientific journal of the Escola de Formação, of the National Confederation of Workers in Education. In the case in question, the texts the served as basis for this work were published in 2017 and deal with the advancement of neoliberal policies and how they are part of a corporate project that aims at the privatization of public services and especially Brazilian public education.

Key-words: Privatization. Neoliberalism. Education. Public Education.

1 Introdução

Para se entender o atual cenário de desmonte da educação pública no Brasil causado pela aplicação de uma série de políticas reformadoras que visam, sobretudo, diminuir o papel do Estado nos vários setores sociais deixando estes a cargo da iniciativa privada, precisamos fazer uma retrospectiva dos caminhos percorridos por nossa administração pública nos últimos quarenta anos, considerando-se assim o período em que se iniciou de forma mais efetiva a escalada do neoliberalismo no país e os seus desdobramentos que ainda seguem firmes e se refletem no contexto contemporâneo em todos os âmbitos da sociedade brasileira. Sobre isso importa destacar que a década de 1990 foi marcada por um conjunto de reformas que visavam integrar o Brasil à nova ordem mundial dentro da chamada globalização, ou seja, inserir nossa economia no movimento de mundialização do capital.

Os processos de privatização dos e nos bens públicos são a característica principal das políticas neoliberais adotadas atualmente em nosso país. A educação, a saúde e a previdência têm sofrido um sistemático processo de privatização, pois projeto neoliberal impõe a mercantilização da educação e de vários outros serviços públicos no Brasil e no mundo. De acordo com Peroni e Scheiber (2017), no setor educacional, a privatização acontece de múltiplas formas, isto é, pode ocorrer de forma direta. Nesse caso, por meio da oferta direta de serviços educacionais por instituições privadas, bem como por meio de políticas em que o privado disputa o conteúdo das políticas públicas educativas.

Essas ações estão alinhadas aos interesses de instituições como a OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico), o Banco Mundial e o BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento) entre outras, além obviamente dos grandes conglomerados internacionais privados que concentram para isto especialistas e financiam os governos de diversos países na adaptação de seus projetos educacionais aos objetivos de seus investimentos. Dessa forma o privado assume a direção das políticas públicas e imprime seus valores à educação pública brasileira tal como melhor abordamos nas sessões a seguir.

2 O avanço neoliberal sobre a educação básica

3

Na década de 1990, o alvo principal do projeto neoliberal era a privatização das universidades públicas. No atual contexto, o objetivo é avançar para a escola de nível básico. Isso explica por que, nos últimos anos, a educação básica passou a sofrer intenso ataque de mercantilização tanto na estrutura financeira-organizacional dos sistemas de ensino e das escolas como na concepção curricular. Como exemplo vale citar a Lei 9637/ 98¹ que autoriza as escolas públicas a serem geridas por Organizações Sociais² as chamadas OSS, as quais permitem a retirada da exclusividade do poder público na administração dessas escolas. Essa “nova” estrutura organizacional caracteriza uma espécie de terceirização da gestão de modo que, por exemplo políticos - empresários possam atuar na área educacional por meio dessas de OSS.

Além desse tipo de medida, há também a privatização da educação básica pública brasileira que vem se dando, sobretudo, por meio das parcerias público-privadas. Essas parcerias têm como objetivo redimensionar o financiamento e a gestão escolar e também dos sistemas de ensino com a criação de mecanismos de competição por recursos públicos pautados em resultados de proficiência dos estudantes em testes nacionais. Por esses meios, as parcerias público – privadas introduzem métodos de gestão empresarial nas escolas, visando padronizar o aprendizado estudantil por meio de competências curriculares. Com esse modelo, observa-se um deslocamento das responsabilidades do Estado para a iniciativa privada. A educação pública passa a ser entendida como um serviço não-exclusivo do Estado, e passa a funcionar por meio de um processo “natural” de transformação dos bens públicos em mercadoria.

¹ Dispõe sobre a qualificação de entidades como organizações sociais, a criação do Programa Nacional de Publicização, a extinção dos órgãos e entidades que menciona e a absorção de suas atividades por organizações sociais, e dá outras providências.

² No direito do Brasil, organização social (OS) é um tipo de associação privada, com personalidade jurídica, sem fins lucrativos, que recebe subvenção do Estado para prestar serviços de relevante interesse público, como, por exemplo, a saúde pública. A expressão "organização social" designa um título de qualificação que se outorga a uma entidade privada, para que ela esteja apta a receber determinados benefícios do poder público, tais como dotações orçamentárias, isenções fiscais ou mesmo subvenção direta, para a realização de seus fins.

Com ações desse tipo, a responsabilidade do Estado de garantir uma educação pública de qualidade é repassada para os entes privados, sem nenhuma discussão sobre os prejuízos para a política educacional. As mudanças não são apenas administrativas, pois as “entidades parceiras” acabam gerenciando a educação e definindo a linha pedagógica, a proposta de formação dos professores e até mesmo a avaliação dos resultados a partir de uma visão empresarial, desassociada das opiniões da comunidade escolar, pais, alunos, trabalhadores em educação e sociedade em geral.

Com ações dessa natureza, a educação pública pode ainda parecer pública, mas não genuinamente pública em razão dos interesses e meios como é desenvolvida na prática.

Além de ações de caráter legal, administrativo ou de gestão como também se chama, há outras ações que, aparentemente são desprezíveis, mas que devem ser objeto de atenção e de discussão, como a proposta de implementação do chamado "homeschooling" sobre o qual tratamos a seguir.

3 O homeschooling: novas estratégias de ataques à escola pública

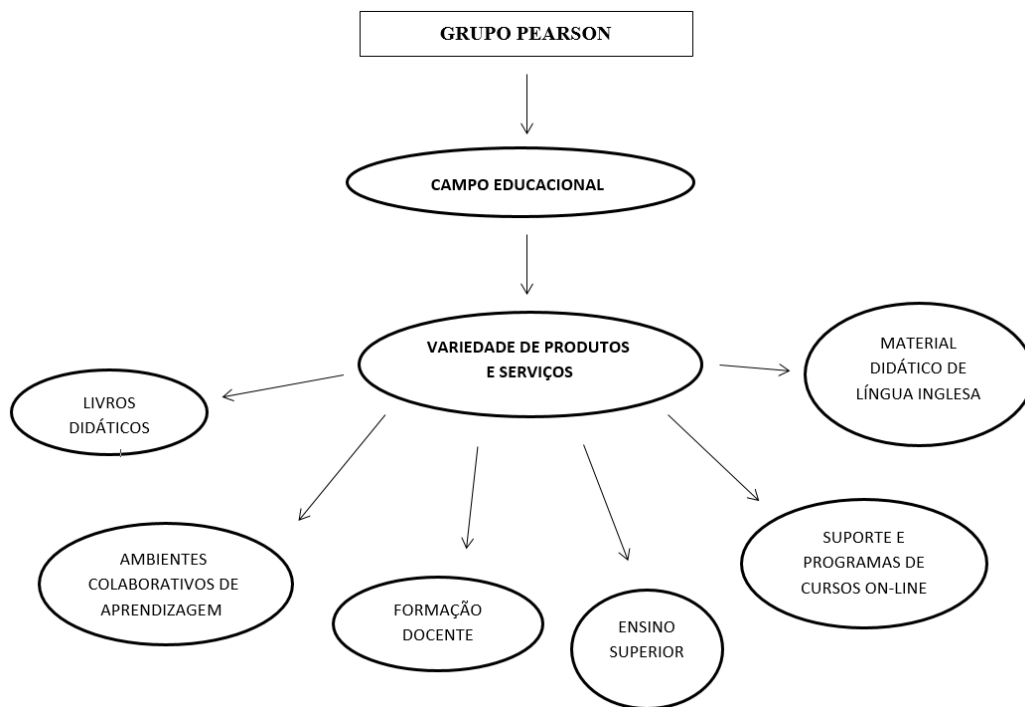
Como já mencionado anteriormente o processo de privatização da educação pública vem avançando de diferentes formas e por meio de novas estratégias. Para Bezerra e Araújo (2017) três são as dimensões principais em que esse processo vem ocorrendo, são elas: privatização da gestão educacional, privatização do currículo e privatização da oferta educacional que se materializam respectivamente na transferência da gestão pública para o setor privado, na transferência da elaboração e gestão dos currículos escolares para corporações privadas e nas chamadas políticas de *choice*, caracterizadas pelo sistema de vouchers e créditos educacionais pagos com dinheiro público e assegurados por meio da criação de programas de bolsas de estudo destinadas ao pagamento dos estudos de alunos do ensino público em escolas privadas.

Nesse sentido a educação domiciliar ou homeschooling representa uma estratégia de privatização da educação na etapa obrigatória. A substituição total ou parcial do processo educativo em ambiente escolar por atividades ofertadas privadamente é uma das formas pelas quais se privatiza a oferta educacional. Sob o discurso da pretensa ampliação de direitos individuais, onde os pais seriam responsáveis de forma mais direta pelo processo educacional dos filhos por meio da educação doméstica concretiza-se na realidade a expansão do “edubusiness”, ou seja, a expansão dos negócios educacionais. Propostas como essa são, na essência, uma aparente opção educativa que, na prática, visa substituir a educação no ambiente escolar pela educação doméstica propriamente dita, realizada pela família e/ou contrato de profissionais ou empresas. Com a justificativa de que as famílias e as empresas podem substituir a educação escolar, o verdadeiro interesse é subordinar a educação básica a interesses privados.

Para Adrião e Garcia (2017) um dos principais representantes do chamado “edubusiness”, é o Grupo Pearson, uma empresa multinacional britânica de publicação e educação com sede em Londres, no Reino Unido. É a maior empresa de educação e a maior editora de livros do mundo, líder do mercado no Reino Unido, Índia, Austrália e Nova Zelândia, além de ocupar também o segundo lugar nos Estados Unidos e Canadá.

A empresa foi criada em meados do século XIX por Samuel Pearson e está hoje presente em 60 países em todo o mundo. De acordo com as autoras supracitadas a Pearson PLC, líder mundial em educação desenvolve inúmeros produtos e serviços para o campo educacional com crescentes atividades junto à educação pública brasileira por meio de comercialização de sistemas privados e de ensino e tecnologias educacionais diversas.

Com esse caso, mostramos mais uma vez como vem se realizando a intervenção da iniciativa privada nos serviços que devem ser genuinamente públicos ao longo do tempo aqui destacado. Abaixo representamos por meio de um mapa conceitual os serviços e atuação do Grupo Pearson no mercado da educação.



Como já mencionado a década de 1990 foi profícua em reformas em todos os âmbitos do Estado brasileiro que redefiniram seu papel no sentido de introduzir elementos da administração gerencial de forma a delegar ao setor privado atividades que até então lhe eram específicas. Alinhado a essas reformas o empresariado brasileiro passou a reivindicar maior participação na construção de uma agenda educacional. De acordo com Beltrão e Tafarell (2017, p. 593) “o que está em disputa na atualidade é o controle da escola pública e de seu projeto educativo bem como a criação de um amplo mercado educacional.” Para justificar tal situação, o discurso oficial investe no já conhecido argumento de esgotamento dos sistemas públicos de educação taxando-os de ineficazes. De acordo com esse discurso que está atrelado aos interesses privados do “edubusiness” somente uma nova concepção de sistema público de ensino com novas formas de gestão seria capaz de garantir qualidade à educação brasileira.

O discurso fortalece a adoção de outras medidas práticas, como são exemplos as reformas educacionais implementadas pelo governo brasileiro e por nós apresentadas na seção a seguir.

4 As reformas educacionais e o processo de mercadificação da educação pública

7

O processo de privatização do público tem levado a redefinições do papel do Estado que restabelece as fronteiras entre o público e o privado. O que acaba por materializar o privado no público passando dessa forma a haver uma mercadificação dos serviços sociais e entre estes a educação.

A materialização do setor privado no âmbito do público no que se refere à educação pode se dar de diversas formas. Como já expomos na seção anterior, a implementação do homeschooling é exemplo de uma dessas formas porém existem outras estratégias de se inserirem de forma direta e indireta mecanismos de mercado no sistema público. De acordo com Beltrão e Tafarell (2017), podemos citar entre outras dessas estratégias a transferência do desenvolvimento curricular à iniciativa privada ou a contratação de serviços, venda de insumos, produtos e serviços, gestão de escolas do sistema público de modo compartilhado, sistemas de ensino ou “pacotes” de serviços. Esses pacotes de serviços podem ser negociados, por exemplo, por meio da aquisição pelo sistema público de ensino de “cestas” de serviços contendo material didático e diversas atividades que tradicionalmente são desenvolvidas pelas equipes pedagógicas das escolas públicas.

Para Peroni, Caetano e Lima (2017), o que está em disputa são projetos societários e de educação que se traduzem no conteúdo da educação, na materialização do currículo, na gestão escolar, na formação de professores, e na organização dos sistemas de ensino e da escola. Essa disputa tem como foco a direção da educação pública brasileira. Ainda para as autoras, “sujeitos privados influenciam fortemente na direção e na definição da política educacional brasileira sem a participação ampla da população” (p. 410). Segue abaixo representação dos sujeitos das reformas educativas no Brasil.



Sem dúvida, apresentar as questões que compreendem esse processo de tomada do público pelo privado representa um compromisso com a defesa dos serviços sociais e da educação genuinamente pública em defesa da qual toda a sociedade precisa e deve se manifestar. Para a assunção desse posicionamento social, a discussão aqui realizada deve cada vez mais ser promovida e aprofundada.

5 Considerações finais

As últimas três décadas caracterizaram-se pela crise do capitalismo mundial manifestada no esgotamento do modelo de acumulação taylorista/fordista, na crise do modelo de administração Keynesiana e na crise do modelo do Estado de Bem-Estar Social. Esse contexto permitiu a ascensão do neoliberalismo no mundo todo e entre outras coisas permitiu a redefinição do papel do Estado e sua lógica.

Para Carvalho (2017) esse novo contexto histórico produziu alterações também no campo educacional. Assim, as reformas dos sistemas educativos no mundo e no Brasil, sobretudo na educação básica visam atender às novas exigências de qualificação da força de trabalho e à formação do novo cidadão apto a atuar no mundo globalizado. Ainda para a autora há uma tendência mundial de redefinição das políticas educacionais e de reordenamento da organização, gestão e financiamento da educação que se caracterizam pelas parcerias público privadas em diversos sujeitos e instituições passam a atuar na organização e na gestão das escolas e redes de ensino públicas.

No Brasil, a participação voluntária dos indivíduos e o envolvimento empresarial nas questões educacionais têm ocorrido por meio de ações de empresas privadas em fundações, institutos e ONG, que vêm assumindo um papel crescente na formulação de políticas públicas, na execução de ações e na coordenação de monitoramento/controlado de metas e resultados (CARVALHO, 2017, p. 528)

Dessa forma, têm se observado nos últimos anos inúmeras iniciativas de entrada das empresas privadas no campo da educação pública influenciando a gestão, os currículos e a formação de professores. Com a adoção de estratégias de intervenção, o setor privado tem ampliado sua presença na oferta da educação pública brasileira. Essa crescente influência do empresariado na elaboração e execução das políticas públicas para a educação reflete, portanto uma das estratégias do capital para ampliar seus espaços de acumulação frente à crise que vem enfrentando.

Referências

ADRIÃO, Thereza; GARCIA, Teise. Educação a domicílio: o mercado bate a sua porta. **Revista Retratos da Escola**, v. 11, n. 21, p. 433-446, jul./dez, 2017.

BELTRÃO, José Arlen; TAFARELL, Celí. A ofensiva dos reformadores empresariais e a resistência de quem defende a educação pública. **Revista Retratos da Escola**, v. 11, n. 21, p. 587-601, jul./dez, 2017.

CARVALHO, Elma Júlia Gonçalves de. A educação básica brasileira e as novas relações entre o Estado e os empresários. **Revista Retratos da Escola**, v. 11, n. 21, p. 525-541, jul./dez, 2017.

PERONI, Vera; CAETANO, Maria Raquel; LIMA; Paula de. Reformas educacionais de hoje: implicações para a democracia. **Revista Retratos da Escola**, v. 11, n. 21, p. 415-432, jul./dez. 2017.

PERONI, Vera; SCHEIBER, Leda. Privatização da e na educação: projetos societários em disputa. **Revista Retratos da Escola**. v. 11, n. 21, p. 387-392, jul./dez, 2017.

ⁱ **Sônia Maria Soares de Oliveira**, ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7873-9030>

UECE – Universidade Estadual do Ceará, Secretaria de Educação Básica do Estado do Ceará
Mestra em Educação (UECE). Especialista em Ensino de História (UECE). Licenciada em História (UECE). Professora da Rede de Ensino Estadual (SEDUC-CE).

Contribuição de autoria: autoria do texto

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2430534018302814>

E-mail: soniasoares_bb@hotmail.com

ⁱⁱ **Carlos Diogo Mendonça da Silva**, ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5522-9262>

Universidade Federal do Ceará, Universidade Estadual do Ceará, UNINASSAU
Doutorando em Filosofia (UFC). Mestre em Filosofia (UFC). Bacharel em Psicologia e Licenciatura em Filosofia, Psicólogo – CRP 11/10412. Experiência em políticas públicas de saúde mental, assistência social e clínica junguiana.

Contribuição de autoria: autor do texto.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5501156621270694>

E-mail: diomendonca@gmail.com

ⁱⁱⁱ **Gabriela Gomes Freitas Benigno**, ORCID: <http://Orcid.org/000-003-4225-4140>

Universidade Estadual do Ceará, Universidade Federal do Ceará Serviço transdisciplinar de atenção às pessoas Transgênero

Especialista em Psicopedagogia (UECE). Bacharel em Psicologia (UFC). Psicóloga - CRP 11/10473. Realização acompanhamento Psicológico individual, no ambulatório Serviço transdisciplinar de atenção às pessoas Transgênero (SERTRANS).

Contribuição de autoria: autor do texto.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8991542725845027>

E-mail: gabriela-benigno@hotmail.com

Editora responsável: Karla Colares Vasconcelos

Como citar este artigo (ABNT):

OLIVEIRA, Sônia Maria Soares de; SILVA, Carlos Diogo Mendonça da; BENIGNO, Gabriela Gomes Freitas. Privatizar é preciso: o ataque neoliberal à educação pública brasileira. **Ensino em Perspectivas**, Fortaleza, v. 2, n. 4, p. 1-10, 2021.